



PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO: ATIVIDADES INTENCIONAIS, IDEOLÓGICAS, REFLEXIVAS E ARTICULADAS

Elisa Cristina Amorim Ferreira

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE (UFCG)
elisacristina@msn.com

Resumo: O trabalho docente é uma atividade complexa, consciente e sistemática, em cujo centro está a aprendizagem dos alunos sob direção do professor. O processo de ensino-aprendizagem, por sua natureza processual, envolve etapas indispensáveis e interligadas, isto é, envolve planejamento, execução e avaliação, todavia, nem sempre essas etapas ganham relevo. Quando se pensa em aula, costumeiramente, refere-se apenas ao agir do professor em sala. Planejar e avaliar são tidas como ações de menor importância. Nesse contexto, objetivamos, através de pesquisa qualitativa de viés exploratório e documental, discutir o planejamento e a avaliação no ensino de língua portuguesa, enfatizando a importância de realizá-los a fim de revelar a complexidade que envolve a aula enquanto prática educativa interacional e sistemática, tomando como aporte teórico para as discussões estudos sobre planejamento, avaliação, abordagens de ensino-aprendizagem e ensino-aprendizagem de língua portuguesa, dentre os quais podemos destacar Mizukami (1996), Farias (2009), Haydt (2000), Travaglia (2000), Dolz, Noverraz, Schneuwly (2004), Antunes (2006), Luckesi (2011) e Libâneo (2013).

Palavras-chave: Planejamento, Avaliação, Ensino de Língua Portuguesa.

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Quando se pensa em aula, o senso comum aponta apenas para o agir do professor em sala de aula. Dar aula seria um “dom”, que alguns nascem outros não, que os permitem entrar em sala de aula e ser um sucesso, ou um “dom” repassado em disciplinas como Didática ou Prática de Ensino, que torna o aluno um professor. Alunos de cursos de licenciatura, professores da escolarização básica e superior, comunidade escolar, em muitos casos, compartilham essas visões, que podem ser observadas em depoimentos como: “faz mais de dez anos que dou aula, já sei decorado o que tem nos livros” (professor do ensino fundamental); “sempre leciono as mesmas disciplinas, tenho anotações [folhas amareladas] que utilizo todos os períodos” (professor de ensino superior); “professor bom é aquele que dá todo o livro didático” (pai de aluno). Nesse contexto, planejamento e avaliação são atividades mal interpretadas ou esquecidas.

Assim, objetivamos, neste artigo, discutir o planejamento e a avaliação no ensino de língua portuguesa, enfatizando a importância de realizá-los a fim de revelar a complexidade que envolve a aula enquanto prática educativa interacional e sistemática, tomando como aporte teórico para as discussões estudos sobre planejamento, avaliação, abordagens de ensino-aprendizagem e ensino-aprendizagem de língua portuguesa.



Para cumprir com o objetivo proposto, a investigação realizada caracteriza-se metodologicamente como uma pesquisa de natureza qualitativa, uma vez que privilegia a interpretação dos dados, em lugar de sua mensuração (cf. SANTAELLA, 2001). Dentro do paradigma interpretativista, o estudo aqui delineado estabelece-se no âmbito das pesquisas de viés exploratório e documental. Em decorrência, este artigo apresenta a seguinte estrutura organizacional: esta introdução, composta de justificativa, objetivo, aspectos teóricos e metodológicos; seguida do tópico “Planejamento e avaliação no ensino de língua portuguesa: discussões”, onde refletiremos sobre o planejamento e a avaliação no ensino de Língua Portuguesa; algumas conclusões e, por fim, referências.

2. PLANEJAMENTO E AVALIAÇÃO NO ENSINO-APRENDIZAGEM DE LÍNGUA PORTUGUESA: DISCUSSÕES

A reflexão sobre planejamento e avaliação no ensino de língua portuguesa requer pensar, inicialmente, sobre abordagens de ensino-aprendizagem e concepções de língua(gem), pois essas os determinam. Como afirma Saussure (2003 [1916], p. 15), “bem longe de dizer que o objeto precede o ponto de vista, diríamos que é o ponto de vista que cria o objeto”, ou seja, nossas concepções de língua(gem) e de ensino-aprendizagem vão delimitar o que entendemos por planejamento e avaliação e se/como os realizamos.

Antunes (2003), nesse mesmo direcionamento, declara que toda atividade pedagógica de ensino da Língua Portuguesa tem subjacente uma determinada concepção de língua(gem), mesmo de modo implícito, o professor tem uma concepção teórica de seu objeto de estudo que determina os aspectos metodológicos. “Nada do que se realiza na sala de aula deixa de estar dependente de um conjunto de princípios teóricos, a partir dos quais os fenômenos linguísticos são percebidos e tudo, conseqüentemente, se decide” (op. cit., p.39).

Na abordagem tradicional de ensino, por exemplo, segundo Mizukami (1996), ensinar é transmitir conhecimento, em decorrência, planejar é estabelecer conteúdos para exposição, considerando o aluno como ser passivo e avaliar é verificar a exatidão da reprodução do conteúdo comunicado em sala de aula, com fim em si mesmo. Nessa perspectiva, a língua portuguesa é tomada, em grande caso, como expressão do pensamento ou instrumento de comunicação (cf. PIETROFORT, 2002). Em decorrência, o ensino é prescritivo e /ou descritivo com objetivos metalinguísticos focados na palavra e frase, cuja avaliação consiste em verificar o certo e o errado, desconsiderando o contexto, com objetivo apenas quantitativo.



Na abordagem interacionista de ensino e de linguagem, por sua vez, considerando o ensino como um processo contínuo intimamente ligado à aprendizagem inserido num contexto sócio-histórico-ideológico, abordagem essa por nós adotada, planejamento e avaliação de ensino de língua portuguesa tomam outros direcionamentos, como apresentado a seguir.

A linguagem é, segundo Travaglia (2000), forma de interação, logo, o que o sujeito faz ao usar a língua não é transmitir informação ou expor um pensamento, é realizar ações, agir, atuar sobre o interlocutor. Desse modo, não se pode pensar o ensino-aprendizagem de língua portuguesa com fim em si mesmo, pautado apenas no reconhecimento da estrutura gramatical da língua, seu objetivo principal deve ser desenvolver/aprimorar habilidades/competências linguísticas variadas, por meio de práticas de leitura, produção de texto (oral e escrito) e reflexão sobre os recursos linguísticos, para adequar a linguagem conforme as circunstâncias sociais da interação social. A unidade de estudo linguístico passa a ser o texto estabelecido contextualmente e não frases ou palavras isoladas. Delinear esse objetivo é essencial. A falha no ensino de língua portuguesa ocorre, muitas vezes, devido à uma concepção limitada de lingua(gem) ou falta de clareza e adaptação no trabalho com os conteúdos.

O planejamento é uma atividade que projeta, organiza e sistematiza o trabalho docente no que diz respeito aos seus fins, meios, formas e conteúdos, considerando as características do docente, do alunado e do contexto social. Planejamento tem as funções de refletir e prever ações e condições, definir objetivos educacionais adequados, racionalizar tempo e meio, fugir do improvisado, assegurar coerência, continuidade e sentido à nossa prática docente. Planejar é uma ação reflexiva, viva, contínua, permeada por um processo de avaliação e revisão. Quando planejamos fazemos escolhas teóricas e metodológicas que norteiam a execução e avaliação, assim, planejar é também uma ação política e ideológica, longe de ser neutra. Um exemplo dessas escolhas é a necessidade de estabelecer uma concepção de lingua(gem).

Indo contra a essa definição, verificamos comumente, na prática do ensino de língua portuguesa, o desconhecimento do planejamento como algo importante para o agir em sala de aula, sendo apenas uma formalidade a ser cumprida. Os momentos de planejamento são, em alguns casos, resumidos em elaborar o plano de curso no início do ano letivo para ser arquivado e em seguir o livro didático nas aulas. Há relativa descrença no planejamento devido à fatores diversos (falta de orientação para os docentes, de momentos de interação entre eles, de momentos individuais de reflexão, presença de visão tecnicista de educação etc.), mas que comungam em afastar o professor do



seu papel de autor do seu fazer profissional através de um planejamento que considere as necessidades e os desafios do cotidiano. Fica nítida a necessidade de se repensar o planejamento nas escolas.

O planejamento não se inicia e nem se esgota na tarefa de elaboração de planos. Por não possuir um fim em si mesmo (ser arquivado), toma a avaliação de experiências anteriores como ponto de partida para outras. A avaliação, logo, permeia os momentos de planejamento. Na fase anterior à sistematização dos planos (avaliação diagnóstica), durante sua execução (avaliação formativa) e ao término do trabalho realizado (avaliação do resultado). A ação docente seria, dessa forma, composta de três etapas, de acordo com Farias (2009): planejar (diagnóstico da realidade sobre a qual iremos agir, resultando na estruturação da ação pretendida através de plano de ensino); executar (execução do plano atentando para o princípio da flexibilidade e fazendo as necessárias adaptações que a prática requerer) e avaliar (retomada do plano para verificar criticamente a execução, a aprendizagem dos alunos e o desempenho do professor, com o objetivo de aperfeiçoar e replanejar nossas práticas). Essas tarefas, a nosso ver, dentro de uma prática educativa interacional e sistemática, são interrelacionadas formando um contínuo complexo, como demonstrado na figura:



Figura 1: Planejamento, execução e avaliação.
Fonte: a autora (2015).

Como indica Haydt (2000), há os planejamentos mais abrangentes do sistema educacional (da escola - PPP e do currículo) e o planejamento didático (ou de ensino). O planejamento de ensino é a previsão das ações e procedimentos que o professor vai realizar junto a seus alunos, que resulta no plano de curso, de unidade didática ou de aula. No plano de aula, por exemplo, o professor especifica e operacionaliza os procedimentos diários para a concretização dos planos de curso e de unidade através de cinco pontos: objetivo geral e específico



(para que ensinar), conteúdo (o que ensinar), metodologia (como ensinar), recursos didáticos (com o que ensinar) e avaliação (resultados). Esses pontos devem ser guiados por princípios de unidade e coerência, continuidade e sequência, flexibilidade, objetividade e funcionalidade, além de precisão e clareza.

Esses princípios precisam estar presentes nos planos e, conseqüentemente, nas aulas. Isso organiza e dá sentido ao trabalho docente, assim como mostra ao aluno a continuidade e relevância dos conteúdos focando na sua funcionalidade. Uma prática comum é dividir o ensino de língua portuguesa em gramática, redação e literatura, o que impossibilita a visualização do todo, as conexões: a gramática é metalingüística e isolada, a redação um produto, a literatura características de escolas literárias. Um planejamento, dentro do proposto aqui, com reflexão teórica e metodologia, compreensão do contexto e dos sujeitos envolvidos permitiria um ensino linguístico integrador e sistemático. Uma estratégia para o encaminhamento do ensino de língua portuguesa é a utilização de sequências didáticas (cf. DOLZ, NOVERRAZ, SCHNEUWLY, 2004), adaptadas de acordo com o contexto educacional, na qual os eixos leitura, escrita, oralidade e análise linguística, além de literatura possam ser vistos interligados, a partir de um trabalho com gêneros textuais. Havendo ainda a possibilidade de uma integração entre disciplinas.

Com efeito, como afirma Libâneo (2013), planejamento e avaliação são atividades que supõem o conhecimento da dinâmica interna do processo de ensino e aprendizagem e das condições externas que codeterminam a sua efetivação.

O planejamento é uma tarefa docente que inclui tanto a previsão das atividades didáticas em termos da sua organização e coordenação em face dos objetivos propostos, quanto a sua revisão e adequação no decorrer do processo de ensino. O planejamento é um meio para se programar as ações docentes, mas também um momento de pesquisa e reflexão intimamente ligado à avaliação.

A avaliação é uma tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar o processo de ensino e aprendizagem. Por meio dela, os resultados obtidos no decorrer do trabalho conjunto do professor e dos alunos são comparados com os objetivos planejados, a fim de constatar progressos, dificuldades e reorientar o trabalho futuro. A avaliação é uma reflexão sobre o nível de qualidade do trabalho escolar tanto do aluno quanto do professor, assim, é uma atividade complexa que não se resume à realização de provas e atribuição de notas. Nessa perspectiva, Luckesi (2011) afirma que a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do



processo de ensino e aprendizagem que auxilia o professor a tomar decisões sobre o seu trabalho.

Em alguns casos em sala de aula, equivocadamente, a avaliação assume um papel punitivo, que apenas atribui nota e classifica os alunos, ou assume um papel subjetivo, impossível de ser estabelecido. Ambos prejudicam a aprendizagem do aluno e agir docente do professor, pois toma o professor como único agente que avalia e o aluno como aquele que sofre a avaliação. Avaliar, nas aulas de língua portuguesa, virou sinônimo de corrigir, apontar erros. Avaliar a produção de um texto, por exemplo, se reduz ao trabalho de apontar erros, de preferência aqueles que se situam na superfície textual.

O entendimento correto da avaliação consiste em considerar a relação mútua entre os aspectos quantitativos e qualitativos, através de instrumentos avaliativos variados (prova, exercícios, trabalhos, seminários etc.), considerando os sujeitos envolvidos como agente e pacientes da avaliação.

Em outras palavras, a avaliação reflete a unidade objetivos-conteúdos-métodos, sendo parte integrante do plano (os objetivos traçados explicitam conhecimentos, habilidades e atitudes, cuja compreensão, assimilação e aplicação, por meio de métodos adequados, devem manifestar-se em resultados obtidos nos exercícios, provas, trabalhos etc.), possibilita a revisão do plano de ensino, ajuda a desenvolver capacidades e habilidades, volta-se para a atividade dos alunos, ajuda na autopercepção do professor, reflete valores e expectativas do professor em relação aos alunos.

Essa forma de avaliação repercute, segundo Antunes (2006), para o professor (avaliação da totalidade, equilibrada, consistente, responsável, significativa), para o aluno (crescimento em direção da autonomia, compreensão dos gêneros textuais como modelos sociais de escrita e como oportunidades de desenvolvimento de competências exigidas numa sociedade letrada) e para a escola (mudança nas concepções de planejamento e avaliação, olhar diferenciado para a formação do professor, para a estrutura escolar, inserção da escola na comunidade social).

O trabalho docente, assim, é uma atividade complexa, consciente e sistemática, em cujo centro está a aprendizagem dos alunos sob direção do professor tendo um objetivo como norteador. As interações professor/alunos constituem o centro da atividade educacional. Em outras palavras, de acordo com Bronckart (2006), temos dois sujeitos agindo na e pela linguagem, envolvidos em contextos sociais, históricos e ideológicos. O processo de ensino-aprendizagem, por sua natureza processual, envolve

etapas indispensáveis e interligadas, como buscamos mostrar neste trabalho, ou seja, envolve planejamento, execução e avaliação, conforme podemos observar na figura a seguir:

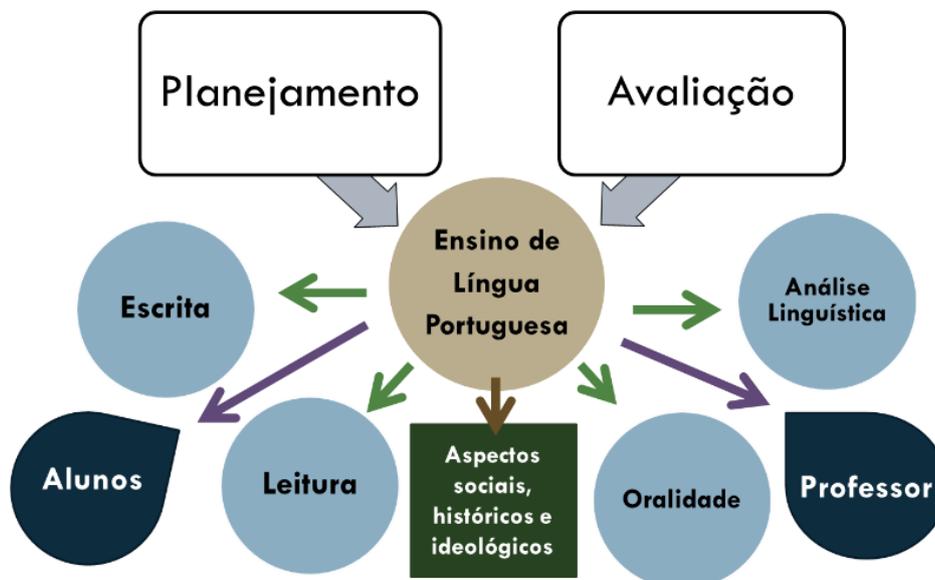


Figura 2: Complexidade do ensino-aprendizagem de Língua Portuguesa.
Fonte: a autora (2015).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Planejamento e avaliação, em suma, são atividades intencionais, ideológicas, reflexivas e articuladas. Quando bem realizadas, permitem um ensino de língua portuguesa crítico e construtivo, significativo, contextualizado, no qual professor e alunos constroem conhecimento através da interação, com o objetivo de desenvolver/aprimorar habilidades e competências linguísticas para o uso crítico na sociedade. As práticas de planejamento e avaliação como atividades meramente burocráticas precisam ser revistas, assim como a execução impensada, insegura, feita ali no momento. Em seus lugares é preciso construir práticas efetivas de planejamento e avaliação que possam dividir lugar com a execução.

REFERÊNCIAS

- ANTUNES, I. **Aula de português: encontro e interação**. São Paulo: Parábola, 2003.
- ANTUNES, I. Avaliação da produção textual no ensino médio. In: BUNZEN, C.; MENDONÇA, M. (orgs.). **Português no ensino**



- médio e formação do professor.** São Paulo: Parábola Editorial, 2006.
- BRONCKART, J.P. **Atividade de linguagem, discurso e desenvolvimento humano.** Campinas: Mercado de Letras, 2006.
- DOLZ, J.; NOVERRAZ, M.; SCHNEUWLY, B. Sequências didáticas para o oral e a escrita: apresentação de um procedimento. In: SCHNEUWLY, B.; DOLZ, J. **Gêneros orais e escritos na escola.** Campinas, SP: Mercado das Letras, 2004, p. 95-128.
- FARIAS, I. M. S. et. al. **Didática e docência:** aprendendo a profissão. Brasília: Liber Livro, 2009.
- HAYDT, R. C. C. **Curso de Didática Geral.** São Paulo: Ática, 2000.
- LIBÂNEO, J. C. **Didática.** 2ed. São Paulo: Cortez, 2013.
- LUCKESI, CIPRIANO Carlos. **Avaliação da aprendizagem escolar:** estudos e proposições. 22 ed. São Paulo: Cortez Editora, 2011.
- MIZUKAMI, M. G. N. Docência, trajetórias pessoais e desenvolvimento profissional. In: REALI, A. M. M. R.; MIZUKAMI, M. G. N. (orgs.). **Formação de professores:** tendências atuais. São Carlos: EDUFSCar, 1996. p. 59-91.
- PIETROFORT, A. V. A língua como objeto da Linguística. In: FIORIN, J. L. **Introdução à Linguística:** objetos teóricos. São Paulo: Contexto, 2002. p. 75-93.
- SANTAELLA, L. **Comunicação e Pesquisa.** São Paulo: Hacker, Editores, 2001.
- SAUSURRE, F. [1916]. **Curso de linguística geral.** São Paulo: Cultrix, 2003.
- TRAVAGLIA, L. C. **Gramática e interação:** uma proposta para o ensino de gramática no 1º e 2º graus. São Paulo: Cortez, 1996.